

CUT



FUP



# JORNAL DO SINDIPETRO

## PARANÁ E SANTA CATARINA

Informativo do Sindicato dos Petroleiros do Paraná e Santa Catarina | Ano XXXIV | Nº 1407 | 16 a 29/07/2018

# PCR

**A armadilha está armada. Não caia nessa!**



Plano de Carreira e Remuneração (PCR) traz insegurança e é uma armadilha para acabar com o regime de progressão atual de 12, 18 ou 24 meses.

► Pág. 3



### **STF suspende as privatizações**

Liminar do ministro Lewandowski impede a privatização das estatais sem o aval do Congresso. Luta tem que continuar.

► Pág. 2



### **Transpetro na mira dos golpistas**

Novo estatuto da Transpetro libera Petrobrás para privatizar a subsidiária

► Pág. 4

**► Mobilização**

# Suspensão da privatização das refinarias foi importante vitória, mas a luta tem que continuar

**Decisão do STF tem caráter liminar e pode ser revertida. CADE reforçou o time dos entreguistas**

A Petrobrás comunicou em 03 de julho a suspensão da privatização de quatro refinarias e seus ativos logísticos integrados, da Araucária Nitrogenados (Fafen-PR) e da Transportadora Associada de Gás (TAG).

Segundo o informativo da empresa, os processos estão suspensos “tendo em vista a decisão cautelar proferida pelo Ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal, no âmbito da ADI 5624 MC/DF, que questiona dispositivos da Lei das Estatais (Lei 13.303/2016)”.

O ministro acatou requerimento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5624, protocolada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf/Cut) e pela Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal (Fenae), entidades de representação dos trabalhadores bancários, junto ao Supremo Tribunal Federal (STF).

No final do mês de abril, a Petrobrás abriu processos competitivos para a venda de 60% das refinarias Presidente Getúlio Vargas (REPAR), no Paraná, Alberto Pasqualini (REFAP), no Rio Grande do Sul, Landulpho Alves (RLAM), na Bahia, e Abreu e Lima (RNEST), em Per-



**Categoria tem que manter a mobilização para barrar a privatização**

nambuco, bem como seus ativos logísticos integrados (terminais e dutos).

A liminar na ADI foi concedida no dia 27 de junho para que empresas como Petrobrás, Eletrobrás, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal não possam ser vendidas sem aprovação do Congresso Nacional. Das 158 estatais brasileiras, Temer havia anunciado a intenção de privatizar 57 empresas.

Para o Sindipetro Paraná e Santa Catarina, a resistência da categoria petroleira frente às privatizações é parte fundamental do conjunto de ações que culminou no anúncio da suspensão das vendas de ativos. “No entanto, não podemos perder o foco da nossa luta, que é impedir as privatizações. A decisão do STF tem caráter liminar e pode ser derrubada a qualquer momento. Vamos manter nossa mobilização e construir uma grande greve nacional”, afirmou Mário Dal Zot, presidente do Sindicato.

O comunicado da Petrobrás reforça que é preciso manter a luta contra as privatizações. Nele, a direção da Petrobrás ainda diz que “está avaliando medidas cabíveis em prol dos seus interesses e de seus investidores e reforça a importância do Programa de Parceri-

as e Desinvestimentos”.

## Audiência Pública

O ministro do STF determinou a realização de audiência pública, com data ainda a ser definida após o recesso de julho, para debater a transferência de controle das estatais, para deliberação no plenário Supremo. Ele considera que as desestatizações que estão ocorrendo “podem trazer prejuízos irreparáveis ao país” se não considerarem a previsão Constitucional.

Ainda de acordo com Dal Zot, “o próximo passo será participarmos da audiência pública que o ministro Lewandowski convocou para ouvir especialistas sobre as privatizações. Denunciaremos os crimes que estão sendo cometidos contra a Petrobrás e o povo brasileiro”, concluiu.

## Reforço entreguista

O CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica), autarquia vinculada ao Ministério da Justiça, segundo notícia divulgada pelo jornal O Globo, resolveu dar uma forcinha para os entreguistas e teria criado um grupo de trabalho para acelerar a saída da Petrobrás do setor de refino. O tal grupo definiria quantas refinarias deverão ser privatizadas e em quais prazos.

**► Financiamento da Luta**

## Assembleias avaliam a proposta de revisão da taxa de mensalidade

O Sindipetro Paraná e Santa Catarina convocou 24 sessões de assembleia geral extraordinária, que acontecem entre os dias 20 e 31 de julho, em todas as suas bases de representação, para debater e deliberar junto à categoria sobre a alteração na forma de contribuição da mensalidade sindical.

A revisão da taxa de mensalidade é uma pauta histórica do Sindicato e muito debatida, mas finalmente se encaminha para uma solução. Uma comissão específica foi montada e analisou a arrecadação atual do Sindicato. Também estudou a readequação do percentual sobre o salário, com a finalidade de ampliar o quadro associativo do Sindipetro.

A proposta visa corrigir a antiga distorção por conta dos diversos adicionais. O novo modelo sugerido tem como referência a base de cálculo do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) de cada trabalhador sindicalizado. A mensalidade sindical passaria para 0,9% da base de cálculo do FGTS, sem incidir sobre 13º salário e férias.

A proposição da Comissão já foi referendada pela Diretoria Colegiada e o Sindicato indica a aprovação nas assembleias.

## Simule a proposta de mensalidade

O Sindicato disponibiliza na sua página na internet ([www.sindipetroprsc.org.br](http://www.sindipetroprsc.org.br)) um simulador para que cada trabalhador possa fazer o cálculo da proposta de nova mensalidade sindical. Basta acessar o site, clicar no banner “Revisão da Mensalidade Sindical”, no topo da página, e informar o valor de sua base de cálculo do FGTS.

**► Conselho Deliberativo**

## FUP repudia PCR e reafirma nenhum petroleiro a menos na PLR

Com o objetivo de organizar a luta contra a privatização da Petrobrás e das estatais e, principalmente, para defender a soberania e a democracia do país, o Conselho Deliberativo da FUP composto pelos 13 sindicatos filiados se reuniu em Curitiba, no dia 18/07, e reafirmou que é contra a implantação do Plano de Cargos e Remuneração, que tem como objetivo enfraquecer a categoria petroleira e é parte do processo de privatização de uma das maiores empresas de energia do mundo.

O Conselho ainda deliberou que a Greve Nacional dos Petroleiros será debatida na Plenária Nacional da FUP, que acontecerá entre os dias 1 a 5 de agosto, Rio de Janeiro, onde serão definidas as pautas da greve e futuras mobilizações.

Também foi reafirmado pelo Conselho a posição de nenhum petroleiro a menos na Participação dos Rendimentos da empresa, que será assinado somente após a inclusão dos trabalhadores da Fafen-PR.

## Calendário de atividades aprovado:

- 23/07 – Seminário sobre resolução 23 da CGPAR, no BNDES (RJ);
- 24/07 – Seminário dos Petroleiros Terceirizados – Salvador (BA);
- 25/07 – Atos locais sobre a resolução 23 da CGPAR;
- 26/07 – Ato Nacional contra as privatizações – Refinaria Abreu Lima (PE);
- 1 a 5/08 – PLENAFUP – Lapa (RJ);
- 7 e 8/08 – Brigada Petroleira (DF);
- 10/08 – Dia Nacional de Luta: Dia do Basta;
- 13 e 14/08 – Brigada Petroleira (DF);
- 16/08 – Encontro Nacional do Congresso do Povo (DF);





► **Plano de Carreira**

# PCR é cilada armada pela gestão golpista da Petrobrás

**Novo plano compromete o avanço na carreira e causa insegurança aos trabalhadores**

O canto da sereia foi entoado na Petrobrás. O Plano de Carreira e Remuneração (PCR) ofertado aos petroleiros promete flexibilidade na carreira e vastas bonificações, mas por trás de tanta “benevolência” está escondida uma armadilha da direção da empresa: a adequação dos instrumentos de gestão ao processo de privatização, a redução de direitos e o desmonte do principal alicerce de conquistas dos petroleiros, que é o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT).

O PCR está sendo implantado sem qualquer negociação com as representações sindicais através de contratos individuais. A intenção é substituir o Plano de Classificação e Avaliação de Cargos (PCAC).

Há falta de clareza em diversos aspectos do PCR e várias ilegalidades. O mais evidente é a extensão do avanço automático de nível na carreira a cada 5 anos. No PCAC, isso acontece no máximo em 24 meses.

Se o novo plano fosse tão benéfico aos trabalhadores, como prega a gestão, qual seria a necessidade de oferecer um abono financeiro considerável?

A assessoria jurídica do Sindipetro Paraná e Santa Catarina está definindo as estratégias para ingressar com ação e denunciar na Justiça a ilegalidade do PCR. Enquanto isto é muito importante que a categoria não faça adesão ao plano, pois corre risco de estar entrando em uma cilada.

Se a Justiça for aplicada e o plano for cancelado, o abono recebido pelo trabalhador poderá ter que ser devolvido à empresa. Portanto, é importante que os petroleiros fiquem atentos para não cair na armadilha do PCR.

A mídia divulgou que a Petrobrás dispenderá R\$ 1,4 bilhão nas bonificações oferecidas em troca da adesão ao PCR e aponta que a empresa espera recuperar o montante em quatro anos. Toda venda de direitos representa precarização das condições de trabalho e aumento dos lucros repassados aos acionistas. **Não seja o marinho vacilão que cai no canto da sereia.**

**Diga não ao PCR!**



## Conheça algumas ilegalidades e malefícios do PCR

### Retrocesso nas progressões de carreira

O PCAC garante a progressão por mérito ou automática em 12, 18 ou no máximo 24 meses. Já o PCR altera a metodologia para mérito em 12 meses ou automático em 5 anos. Isso significa mais poder na caneta do gerente e avanço de nível anual apenas para os “amigos do rei”.

Antes de 2011, ano de implantação do PCAC, eram comuns os casos de trabalhadores que ficavam até oito anos sem avanço na carreira.

### Mobiliza

Apesar de a Petrobrás não garantir nenhuma possibilidade de aplicação do Programa Mobiliza (transferências internas), a empresa limita o direito aos que aderirem ao PCR, violando o princípio de isonomia e coagindo os trabalhadores.

### Violação da legislação

O PCR burla a Constituição Federal e a legislação trabalhista ao impor aos trabalhadores cargos, funções e tarefas que não estavam previstos no concurso público em que foram admitidos na empresa.

### Legalização do desvio de função

Através do “Cargo Amplo”, uma das ferramentas criadas pelo PCR, os gestores passarão a impor aos trabalhadores tarefas alheias às suas responsabilidades. O desvio de função será legalizado. Apesar do aumento das atribuições, a remuneração será mesma.

### Supressão de carreiras

As atuais 36 carreiras de nível superior e 20 carreiras de nível médio serão transformadas em duas únicas carreiras: nível médio e nível superior. Com a implantação do PCR, a Petrobrás foge à imposição constitucional de um cargo específico, a ser preenchido por um concurso público correspondente.

### Mobilidade escancarada

Com o PCR, as gestões locais ganham carta branca para movimentar os trabalhadores entre setores da forma que bem entenderem.

### Insegurança

O futuro dos trabalhadores fica nebuloso. A falta de especificação dos cargos e a possibilidade de assumirem novas funções causam insegurança. Ninguém é capaz de prever o que pode acontecer com sua rotina de trabalho.

### Vulnerabilidade

O empregado que aderir ao PCR (não faça isso!) repactuará o seu contrato de trabalho. Dessa forma, ficará ainda mais vulnerável aos malefícios da reforma trabalhista.

### Prejuízos às ações jurídicas

As ações jurídicas movidas pelo Sindicato em favor dos trabalhadores podem ser prejudicadas e os petroleiros terem seus direitos suprimidos por conta da repactuação do contrato de trabalho.

### Acordo Coletivo X Individual

O PCAC se trata de um acordo coletivo, o qual foi aprovado pelo Sindicato com ressalva que garante a aplicação da condição mais benéfica aos trabalhadores, sem prejuízos às ações trabalhistas em trâmite ou mesmo as futuras. Já o PCR é um acordo individual com falta de clareza em diversos aspectos e que cria uma aberração jurídica. Não dá para arriscar.

► **Privataria**

# Golpistas abrem caminho para a venda integral da Transpetro

**Novo estatuto da Transpetro libera Petrobrás para privatizar a subsidiária**

Na miúda, o governo ilegítimo de Michel Temer e sua trupe golpista no Congresso, no Judiciário e nas direções e conselhos das empresas estatais correm contra o tempo para privatizar o que ainda resta do patrimônio nacional, em especial no Sistema Petrobrás, menina dos olhos dos financiadores do golpe.

Sem fazer alarde, a Transpetro alterou no dia 29 de junho o seu Estatuto Social, abrindo caminho para a privatização integral da subsidiária responsável pelo transporte e logística

de combustível no Brasil. O novo estatuto foi aprovado pela assembleia dos acionistas e acabou com a garantia do controle acionário da Petrobrás junto à Transpetro, como definia um dos artigos removidos do documento.

“As transferências de ações ordinárias com direito a voto, ou as subscrições de aumento do capital por outros acionistas, na hipótese de deixar a Companhia de ser uma subsidiária integral, não poderão reduzir a participação da Petróleo Brasileiro S.A.- Petrobras a

menos de 50% (cinquenta por cento) mais uma ação ordinária, representativas do capital votante da Companhia”, garantia o artigo 8º do antigo estatuto.

Sem essa limitação, os gestores da estatal podem fazer com a Transpetro o mesmo que já fizeram com a Transportadora Associada de Gás (TAG), que teve 90% de suas ações colocadas à venda. A privatização desta subsidiária, que opera e administra os gasodutos do Sistema Petrobrás, só não foi concretizada, em função da liminar expedida

pelo ministro do STF, Ricardo Lewandowski, no dia 27 de junho, que impede o governo de vender empresas públicas sem autorização do Legislativo.

O novo estatuto da Transpetro também direciona a empresa para ser uma prestadora de serviços do mercado, podendo “participar em outras sociedades controladas ou coligadas” e exercer “outras atividades afins, correlatas, acessórias ou complementares”. Ou seja, a Transpetro caminha a passos largos para se transformar em uma

empresa de escritório, prestadora de serviços.

Os oleodutos e terminais operados pela Transpetro já entraram no feirão promovido pelos gestores da Petrobrás, desde que anunciaram o modelo de alienação de 60% de quatro refinarias. Ao todo, 1.506 quilômetros de oleodutos e 12 terminais terrestres e marítimos serão vendidos junto com as refinarias do Nordeste e do Sul, se a liminar expedida pelo ministro do STF cair.

Com informações da FUP



Privatização deixará trabalhadores a ver navios. Só a luta pode barrar esse processo entreguista

## Trancação na Repar marcou o Ato Nacional em Defesa da Petrobrás

O bloqueio das principais vias de acesso à REPAR e à FAFEN-PR feito por trabalhadores próprios e terceirizados marcou o Ato Nacional Contra o Desmonte do Sistema Petrobrás, realizado em 17 de julho. A foi convocada pela FUP, em parceria com os três sindicatos que representam os empregados do Sistema Petrobrás em Araucária-PR, e também contou com a participação de petroleiros vindos de todo o país.



O ato na REPAR fez parte de uma série de atividades que a FUP e seus sindicatos filiados realizam em defesa da Petrobrás nas refinarias ameaçadas pela privatização. A primeira a receber o protesto de caráter nacional foi Refinaria Landulpho Alves (RLAM), na Bahia, em 03 de julho. Na Refinaria Alberto Pasqualini (REFAP), no Rio Grande do Sul, a manifestação ocorreu na última quinta-feira (12). A Refinaria abreu e Lima (RNEST), em Pernambuco, encerra o ciclo de mobilizações no dia 26 de julho.

## Trabalhadores se unem em protesto contra o esfacelamento da Petrobrás em São Francisco do Sul

Trabalhadores próprios e terceirizados do Terminal Aquaviário da Transpetro de São Francisco do Sul (Tefran) uniram forças no protesto que reuniu mais de cem pessoas, no dia 12 de julho.

A ameaça de privatização do Sistema Petrobrás na Região Sul do país coloca em risco os empregos de todos. A gestão golpista força a precarização de tudo para macular a imagem da empresa perante a sociedade, taxando-a de ineficiente e abrindo o caminho para a venda.

Assim como em quase todas as unidades da Petrobrás, o Tefran padece com a redução do efetivo de trabalhadores. Os terceirizados sofrem com o rebaixamento salarial de quase 50%, resultado da drástica redução de investimentos nos contratos de prestação de serviços.

Para além dos recursos humanos, a precarização intencional atinge tudo o que antes tinha investimentos da Petrobrás em São Francisco do Sul.

Apesar do cenário de terra arrasada, o conjunto dos trabalhadores do Tefran acredita que a luta organizada é capaz de reverter a situação.

